



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 1 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2014

--- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas 18 horas, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---**PONTO UM** - Intervenção do público;-----

---**PONTO DOIS** - Período antes da Ordem do Dia;-----

---**PONTO TRÊS** - Apreciação e eventual aprovação dos documentos previsionais (Orçamento e GOP) para 2015;-----

---**PONTO QUATRO** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2015;-----

---**PONTO CINCO** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais – Modelo de estrutura orgânica e definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas;-----

---**PONTO SEIS** - Apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromisso plurianual ao abrigo do estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Lei dos Compromissos (LCPA), e autorização para repartição de encargos em obediência da alínea b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de junho, relativamente a proposta de fornecimento de energia elétrica para os locais de consumo da rede de iluminação pública e instalações provisórias;-----

---**PONTO SETE** – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais constantes da informação da SAEP de 07 de novembro de 2014, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Lei dos Compromissos (LCPA) e art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referente a procedimentos com compromissos plurianuais a transitar de ano e a lançar com vigência em 2015;-----

---**PONTO OITO** - Comunicação da Agência Portuguesa do Ambiente relativamente ao aeroclube instalado na zona do Arelho – Lagoa de Óbidos, para conhecimento;-----

---**PONTO NOVE** - Apreciação e eventual autorização da aquisição de lotes do Parque Tecnológico de Óbidos, à Óbidos Criativa, E.M., nos termos do art.º 25.º, n.º 1 alínea i), da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, por se tratar de bem imóvel de valor superior a 1000 vezes RMMG e autorização prévia para assunção de encargos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

---**PONTO DEZ** – Apreciação e eventual aprovação da cessão da posição contratual da Óbidos Criativa, E.M., para o Município de Óbidos no contrato de empréstimo sob forma de mútuo celebrado para financiamento da 1.ª fase das infraestruturas do Parque Tecnológico e autorização prévia para assunção de encargos plurianuais conforme previsto na alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; -----

---**PONTO ONZE** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Segundo Secretário, Ana Margarida Reis, fez a chamada. -----

--- **Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, Fernando Jorge Sousa e Silva, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Sílvia Maurício Correia, Anabela Braga Adónis, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 2 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues e Joaquim dos Santos Martins.-----

--- **Substituições** – O Deputado José Rodrigues Machado fez -se substituir pelo Deputado João António Sousa Veludo; a Deputada Anabela Blanc Capinha Corado foi substituída pela Deputada Laura Sousa Castro Ferreira; O Deputado Albino Agostinho de Sousa e a Deputada Dina Fernanda Pereira Vieira, foram substituídos pelo Deputado Carlos Miguel Leandro Sousa e José Ferreira de Sousa Coutinho, respetivamente.-----

--- **Quórum** – Vinte e quatro presenças.-----

--- **Faltas** – José Rodrigues Machado, Anabela Blanc Capinha Corado, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Ana Catarina Brás de Carvalho, Dina Fernanda Pereira Vieira e Evaristo Ferreira Ribeiro.-

--- Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara Municipal, Humberto da Silva Marques e dos Vereadores, Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

--- **Voto de pesar:** - Antes de entrar no período da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão invocando uma situação que descreveu como bastante triste para todos e para aquele órgão, o falecimento de João Vasco Urbano, funcionário da estrutura de apoio da Assembleia Municipal de Óbidos desde longa data.-- Prosseguiu, dizendo que foi uma perda para a Vila, para o Concelho, mas, acima de tudo uma perda para todos os que com ele privaram que, no seu caso em particular, enquanto Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia Municipal, tinha muito a agradecer por toda a colaboração e lealdade com que cumpriu e exerceu as suas funções como funcionário municipal. Por esse motivo, propôs que fosse dirigido um sentido voto de pesar à sua família, juntando-se à iniciativa proposta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.-----

Propôs também, que a Assembleia Municipal fizesse um minuto de silêncio em memória de João Vasco Urbano.-----

Após a realização do minuto de silêncio a presente proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Óbidos juntou-se à Câmara Municipal de Óbidos na merecida homenagem à memória de João Vasco Pereira Ferreira Urbano, manifestando também, um profundo pesar pelo seu falecimento. Esta deliberação será endereçada à família enlutada, com as mais sentidas condolências.-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou a palavra ao 1º secretário que leu a correspondência recebida, a saber:-----

- E-mail recebido em vinte e um de outubro do corrente ano, do grupo parlamentar os verdes que deu conhecimento das perguntas dirigidas ao Ministério da Educação e Ciência e ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social sobre os Contratos Emprego Inserção nas Escolas Públicas.-----

- Foi recebido também um e-mail da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que dá conhecimento da Resolução aprovada pelo Conselho Geral, relativamente à proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015.-----

- Ofício da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, com o intuito de divulgar a realização de um seminário sobre o Poder Local e o Setor Solidário: a rede social e os novos desafios do planeamento no dia 26 de novembro em Coimbra.-----

Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta. -----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 3 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

O Presidente Assembleia Municipal antes do início da Ordem de Trabalhos, sensibilizou os membros da Assembleia para que se cumpra o estipulado no Regimento da Assembleia Municipal.-----

--- O Presidente Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:-----
----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

--- **PONTO UM – Intervenção do público;**-----

---Não se registaram intervenções do público-----

---**PONTO DOIS – Período antes da Ordem do Dia** -----

---A Deputada Cristina Rodrigues, destacou os artigos 24º e 59º do Regimento, relativamente às regras do uso da palavra, apelando para que o mesmo seja respeitado escrupulosamente, tornando assim as Assembleias Municipais mais céleres e produtivas, salientando ainda que é no artigo 59º que estão inscritos os valores mais nobres destes elementos da Assembleia Municipal.-----

---O Deputado Custódio Santos iniciou a sua intervenção questionando acerca da data prevista da obra da Cova do Anselmo, sobre quem é o responsável pelo aterro que foi feito no antigo campo da bola do Pinhal, mencionou o facto da Rua Direita não ter placa identificativa, questionou a razão pela qual o Moinho da Torre estar em ruínas e referiu-se ainda à passagem de modelos na entrada da Vila, achando que prejudicou os moradores pois o local não foi o mais indicado.-----

---A Deputada Sílvia Correia questionou o senhor Presidente da Câmara acerca de quais são as contrapartidas que o Município vai assegurar à freguesia do Olho Marinho pela entrega ao Município da rede e distribuição de água em baixa daquela freguesia.-----
Questionou ainda que tendo em conta o Projeto Intermunicipal de distribuição de água que, o governo quer concretizar e que envolve todos os Municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo, qual a posição da Câmara Municipal de Óbidos em relação a este assunto e, ainda para quando está previsto o arranque da execução da obra da rede de rega do Arnóia. A Deputada Sílvia Correia aproveitou ainda para deixar um voto de protesto pelo facto da Assembleia Municipal ter sido marcada no mesmo dia e a uma hora que coincide com a reunião intermunicipal.-----

---O Presidente da Mesa Telmo Faria interveio alegando que não teve conhecimento desse facto aquando da marcação da reunião da Assembleia Municipal, tendo lhe sido transmitido que todos estavam de acordo e refuta de forma clara e inequívoca que não existem intenções de afastar participações dos membros, vendo isto com uma coincidência.-----

---A Deputada Laura Ferreira, questionou sobre o processo da escola municipal, não tendo qualquer informação, nomeadamente datas para o projeto avançar, informação sobre o modelo curricular, critérios de contratação, pagamento, modelo de gestão alegando que desejam ser parceiros ativos mas sem essa informação não podem participar.-----

---O Deputado Paulo Cardoso alertou para as “barracas” que se encontram permanentemente na zona da cerca do castelo, para a situação do património de Óbidos, em particular frontaria e pilares da igreja de Santa Maria, e para o facto de Óbidos ser bonito de mais para não ser preservado.-----

---O Deputado João Paulo Rodrigues, agradece em nome da freguesia as obras que a Câmara Municipal efetuou, nomeadamente o alcatroamento.-----

Referiu que o Deputado Custódio Santos poderá estar equivocado pois o local não será Cova do Anselmo mas sim Curva do Anselmo, demonstrando a sua preocupação por não estar contemplada essa obra em orçamento, sendo que o problema é que as águas estão a sair descontroladas fazendo com que a Estrada do Tabelaio esteja a quebrar.-----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 4 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

Em relação ao aterro, sendo ele o responsável e, tendo sido protocolado com a Câmara Municipal, esclareceu que não são entulhos, que são terras limpas e a Câmara Municipal achou que era viável a construção do futuro armazém para a Junta Freguesia e uma futura construção de uma hipotética sede, sendo que todo o espaço restante foi aproveitado para poder criar um estaleiro, aproveitando a oportunidade para o senhor presidente proferir algumas palavras acerca do protocolo em causa.-----

---A Deputada Joana Machado demonstrou a sua satisfação pelo prémio recebido pela ginja Oppidum e pela nomeação dos edifícios centrais do Parque Tecnológico para um prémio europeu de arquitetura contemporânea, pois considerou dois elementos muito positivos para o concelho.-----

Alertou ainda para a questão da alimentação nas escolas municipais, pois apesar de já ter sido abordado este assunto em Assembleias Municipais anteriores, continuam a existir algumas situações e queixas por parte dos alunos e encarregados de educação, tais como a qualidade e quantidade de comida e diversidade das ementas.-----

---O Deputado João Carlos Costa, mostrou a sua intenção de parabenizar o Concelho de Óbidos devido ao seu excelente desempenho de envolver as comunidades, salientando os bordados de Óbidos sendo este um motivo de regozijo, tendo tido como ponto alto a passagem de modelos.-----

Deu conta que se iria realizar um evento na Usseira, no âmbito do Óbidos Vila Natal, que vai novamente envolver toda a comunidade que se intitula rastilho de luz, no dia doze de dezembro às dezoito horas.-----

---O Deputado Hélder Mesquita, deu a conhecer que a partir desse dia se iria realizar a feira do livro no Olho Marinho em parceria com a livraria pé das letras, no espaço museológico e depois na sede da Junta de Freguesia convidando todos os presentes a visitarem a mesma.-----

Agradeceu à Câmara Municipal e executivo o apoio prestado à Junta de Freguesia em termos de contatos e toda a envolvente relativamente ao problema da água do Olho Marinho, e não só, destacando a complexidade do mesmo, lamentando ainda o facto da CDU ter ido para os órgãos da comunicação social, onde foi dada como “perdida” a água do Olho Marinho, o que não corresponde à verdade.-----

---O Deputado Jorge Veloso referiu-se ao exemplo do Concelho de Caldas da Rainha que deu por terminadas as obras de regeneração urbana da praça da fruta, com a substituição das redes de água e esgotos e pluviais beneficiando assim os agricultores da região bem como os do Concelho de Óbidos, que lá vendem os seus produtos.-----

Alertou para a situação da iluminação pública em locais ermos como urbanizações/lotês abandonados ou não construídos junto à lagoa, empreendimentos turísticos que ficam toda a noite com luz acesa, sendo esse um desperdício evitável e deverá pensar-se em racionalizar onde não será necessário, pelo que solicita alguma intervenção nesse aspeto.-----

---O Deputado José Luís Oliveira, iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a audiência, dando também as boas vindas à nova colaboradora, mencionando que é com consternação e grande pesar que vêem a substituição do colaborador Vasco Urbano.-----

Informou ainda que o grupo municipal do PSD e, conforme as palavras do senhor presidente da mesa, em relação ao cumprimento do regimento que, está de corpo e alma com tudo o que foi dito e, espera que haja esse rigor com todas as bancadas.-----

---O Deputado Custódio Santos, voltou a tomar a palavra referindo-se ainda ao antigo campo de futebol do Pinhal, informando que sendo uma zona ecológica não podendo ser depositadas nem terras nem entulhos, alertando para as condições em que o mesmo se encontra.-----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 5 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

Questionou ainda se o caminho pedestre para as ruínas romanas foi abandonado definitivamente bem como as ecopistas, aproveitando ainda para mencionar o facto da Encosta do Castelo apresentar sinais de abandono.-----

---O Presidente da Câmara Municipal, Humberto Marques tomou a palavra, respondendo às questões do Deputado Custódio Santos, afirmando que muitas delas são recomendações e, que as mesmas foram acolhidas.-----

Quanto à obra da Cova do Anselmo, foi respondido anteriormente pelo Deputado e Presidente da Junta de Freguesia João Paulo Rodrigues.-----

Ainda acerca da obra o presidente esclareceu que a mesma não está em orçamento como obra porque vai ser feita por administração direta.-----

Quanto ao Moinho da Torre, o proprietário já tem um projeto para restaurar o moinho.----

Em relação ao evento da passagem de modelos e respondendo ainda ao Deputado Custódio Santos, o Presidente da Câmara Municipal evidencia o facto do mesmo ser um exemplo de desenvolvimento comunitário sendo um motivo de regozijo, tendo sido possível criar novos produtos, novas riquezas e novas oportunidades.-----

Em resposta à Deputada Sílvia Correia, relativamente às contrapartidas, o Presidente da Câmara Municipal estranha o facto do Partido Comunista Português ter lançado um comunicado “como quem baixa os braços”. Afirma em conjunto com o Presidente da Junta de Freguesia estarem determinados, por questões não só financeiras e por questões de princípios de respeito por uma obra que foi feita pelas pessoas do Olho Marinho, respeito perante aquilo que são recursos próprios do território e, que tem a ver com uma certa linha dum arco de governação sobre a política das águas sob a qual estão contra, não estando disponíveis para falar de contrapartidas, sendo que o PCP veio enfraquecer uma estratégia que está em cima da mesa, estratégia essa que está a ser articulada com a CDU de Peniche, tendo contribuído assim o PCP para que o governo e administração central levem a melhor, prejudicando os fregueses e a população do Olho Marinho.-----

O Presidente da Câmara Municipal informou ainda que está agendada uma reunião para o dia onze de dezembro com a ERSAR, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Peniche, tendo já pedido também uma audiência ao senhor Ministro do Ambiente sobre esta matéria. Mencionou ainda o facto deste não ser o único exemplo desta situação no país, alegando que não podem ser vítimas de uma política que tem vindo a ser seguida desde o diploma de 2009.-----

Sobre a questão intermunicipal das águas, respondeu dizendo que a questão é a mesma pois, se for para ter economia de escala, sim mas, se for para uma lógica de rede de privatização, não.-----

Referindo-se à Rede de rega, esclareceu que existem contratos de financiamento aprovados e que a obra irá avançar.-----

Em resposta às questões colocadas pela Deputada Laura Ferreira, o Presidente da Câmara Municipal alegou que assumiu um compromisso e, no momento que houver condições para falar, sobre as suas verdadeiras questões, o executivo está presente para discutir, contudo, afirma estar distante da proposta inicial do governo acerca desta matéria e não aceita um modelo de governação que seja apenas decidido pelo executivo municipal, o mesmo deverá ser assente numa base muito mais sócio – comunitária com representatividade acreditando nesse modelo de gestão.-----

Em resposta à Deputada Joana Machado acerca da alimentação das escolas, o Presidente da Câmara Municipal agradeceu a informação, mencionando que essa é uma preocupação e salientou o facto de se ter decidido optar por ter capitacões mais altas e qualidade mais alta, salientando que tem havido uma fiscalização no sentido de se aferir se essas capitacões estão a ser cumpridas contudo, esses alertas são sempre importantes.-----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 6 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Jorge Veloso acerca da iluminação o Presidente da Câmara Municipal informa que, apesar da despesa não ser paga pelos cofres da administração local, não devem ser insensíveis acerca dessa matéria, dando conta ainda que irá reunir com os colegas tendo em vista a submissão de uma candidatura em breve sobre o OESTE LED, e que, a aprovação da mesma não irá depender dos doze Presidentes de Câmara.-----

---A Deputada Sílvia Correia tomou a palavra agradecendo em nome da CDU a resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que a mesma questão já tinha sido colocada na reunião da Assembleia de Freguesia, e por não ter sido respondido na altura suscitou algumas dúvidas.-----

— **PONTO TRÊS** - Apreciação e eventual aprovação dos documentos previsionais (Orçamento e GOP) para 2015;-----

---A Deputada Sílvia Correia, iniciou a sua intervenção, alegando que as receitas do orçamento de estado para a Câmara Municipal, embora globalmente apresentem um acréscimo na ordem de 100 000€, não compensam as sucessivas perdas de anos anteriores, à semelhança do que acontece também de um modo geral com todas as autarquias deste país. Acentua-se a redução das estruturas orgânicas dos Municípios, o que na prática resulta na diminuição da qualidade e da quantidade dos serviços prestados pela autarquia numa diminuição na qualidade de vida da população no Concelho de Óbidos.-----

Como exemplo e referindo-se às despesas com pessoal, apesar de estarem previstos o aumento da retribuição mínima garantida e reversão de 20% da redução remuneratória, e ainda assim aqueles reduzem cerca de 2%, acabando por ser um prolongamento do próprio orçamento de estado para 2015 já que agrava a carga fiscal sobre a população de Óbidos, designadamente trabalhadores, reformados e pensionistas, micro e pequenos empresários. No que diz respeito aos impostos diretos, salientou que o IMI tem um aumento de mais de 23%, resultado da maioria PSD ter recusado em aceitar a redução deste imposto.-----

A senhora deputada terminou a sua intervenção, afirmando que a maioria PSD não respeitou o estatuto da oposição, enquanto força política não representada na Câmara Municipal, mostrando assim a sua intenção de votar contra este orçamento.-----

---A Deputada Cristina Rodrigues, iniciou a sua intervenção dando conta que se mantém as reservas que têm vindo a expor na Câmara e na Assembleia Municipal, reconhecendo apesar de tudo, que este é um orçamento muito mais moderado em relação a anos anteriores.-----

Considera ainda que vai ser difícil a execução deste orçamento, sem os mais de 3 milhões de euros anuais de receitas extraordinárias a que Câmara teve nos últimos anos.- -----

Mencionou ainda o facto do valor previsto, para 2015, de receita de aproximadamente dois milhões de euros de IMT (imposto sobre a venda de imóveis que anteriormente se designava sisa) dificilmente se atingirá, pelo que considerou que o orçamento está empolado designadamente nesta rubrica.-----

Questionou ainda acerca do motivo da diferença, nomeadamente cerca de três milhões de euros das despesas e das receitas previstas para 2015, relativamente ao que consta no Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos para o ano de dois mil e quinze.-----

Considera que a redução prevista de despesa com a aquisição de bens e serviços, é insuficiente, nomeadamente de 6,2 milhões de euros para 5,4 milhões de euros, parecem ser insuficientes para fazer face, a não se repetirem em 2015 receitas extraordinárias.-----

-Salientou por último, que na documentação em análise está omissa a questão das possíveis consequências de processos judiciais, dando como exemplo o caso do terreno



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 7 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

onde está o Pingo Doce, estando o processo na fase de recurso contudo, não está prevista essa eventualidade de despesa.-----

---O Deputado José Luís Oliveira, tomou a palavra dando conta que em relação ao orçamento para o ano de dois mil e quinze, o grupo municipal do PSD congratulou-se ao verificar que em relação às receitas e despesas correntes, que na sua opinião é o que é essencial e que cria a estabilidade económica e financeira nas instituições ao longo do tempo, se deparou com valores significativos, que de certa forma controlam as despesas correntes pois, apesar do facto da possibilidade de baixar a taxa de IMI, salientando que a decisão de se manter essa taxa foi a decisão mais acertada. Explicou ainda que, na realidade se verificou é que determinadas isenções deixaram de existir e outras situações que deram origem a que algumas entidades passassem a pagar, não tendo de haver concretamente com o aumento do IMI. Este controlo das receitas correntes em contrapartida com as despesas correntes deixa uma margem bastante significativa para outros investimentos em despesas de capital no Concelho de Óbidos. -----

---Deputado Jorge Veloso, na sua intervenção mencionou que o Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2015 é um documento que deixa muitas dúvidas quanto à sua execução e quanto as suas receitas, pois os valores a receber de cobrança duvidosa de água caduca aos 6 meses e muitas outras são de cobrança irrealista. -----

Mencionou ainda que as cláusulas de salvaguarda acabaram e o valor do IMI vai disparar e é certo que existem aldeias junto ao mar e junto à lagoa que, apesar de não serem abastadas, vão ter um valor patrimonial mais elevado, pois encontram-se numa zona privilegiada, devido também à proximidade das urbanizações e empreendimentos ao seu redor.-----

Relativamente às receitas e despesas que parece orçamentar, acha que existe um excesso de receitas e as despesas tem tendência a ser superiores ao orçamentado.-----

---Após as intervenções dos senhores deputados, o Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra afirmando que tanto este como os outros anteriores, é um orçamento realista, as circunstâncias em cada momento vão mudando mas que tem atrás de si um pressuposto, de que a partir do momento da abertura dos regulamentos, será feita uma revisão. Assinalou ainda que é uma vantagem pois tem um caminho feito de corte na despesa corrente em cerca de 6 milhões e meio de euros, precisamente para devolver a qualidade de vida e crescimento económico ao concelho.-----

Ressalvou ainda que sem recorrer a receitas extraordinárias, verificaram-se investimentos na ordem dos quatro milhões e meio de euros.-----

A estrutura orgânica aumenta pelo que não lhe parece que faça sentido o que disse a Deputada Sílvia Correia.-----

Salientou o facto do executivo em termos de matéria fiscal ter a intenção de reduzir a carga fiscal e anunciou que vai constituir um conjunto de quesitos para criar uma comissão de avaliação das taxas e dos impostos, havendo assim um fundamento técnico para tomar decisões. Apelou ainda à Assembleia Municipal para que se definam estratégias concretas em benefício do concelho e em benefício do crescimento económico ao invés de ficar no plano da crítica, sendo que a Câmara assim que for possível levará ao conhecimento dos membros da Assembleia Municipal os mecanismos que os mesmos terão a oportunidade de apreciar e decidir, mecanismos esses que podem beneficiar o concelho, podendo atrair também o investimento. Deu como exemplo da capacidade de fazer gestão e ao mesmo tempo investimento, a requalificação do parque escolar, e a requalificação urbana.-----

Salientou o reforço na dimensão social e no crescimento económico, mostrando a intenção que logo que seja possível, colocar em sede de candidatura esses projetos, fazendo uma revisão quer do lado da despesa quer do lado da receita.-----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 8 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

---O Deputado Jorge Veloso pediu a palavra, mencionando o facto de constar no Portal da Transparência, tendo inclusivamente sido publicado na Gazeta das Caldas, onde Óbidos, na rubrica das taxas, estava assinalado com um dos municípios com as taxas mais altas-----

---O Presidente da Câmara Municipal alegou que é uma interpretação abusiva, sendo esta uma matéria que deverá ter uma base técnica sólida e não basta pensar em baixar taxas sendo a opção do executivo, a de continuar a investir com equilíbrio e procurar avaliar a folga que se tem para baixar os impostos.-----

Passou-se à votação tendo sido aprovado por maioria, com 14 votos a favor e dois votos contra e oito abstenções o Orçamento e GOP para 2015.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---**Declaração de Voto** - Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: **Declaração de voto referente ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos da AM de 28 de Novembro de 2014 - Orçamento e grandes opções do plano para 2015**".-----

---"O grupo municipal do Partido Socialista, em linha com a tomada de posição dos Vereadores na sessão de Câmara, absteve-se neste ponto da Ordem de Trabalhos pelas seguintes razões.-----

O Orçamento é uma previsão, por definição. Essa previsão deve ser efetuada com racionalidade, equilíbrio e bom senso, o que nem sempre aconteceu no Município de Óbidos, com orçamentos clamorosamente empolados, num passado ainda próximo. Por isso, a nossa primeira palavra é para registar que este Orçamento para 2015 é mais moderado.-----

No entanto, o valor previsto, para 2015, de receita de 1.934.560 € de IMT (imposto sobre a venda de imóveis, anteriormente "sisa") dificilmente se atingirá, pelo que consideramos que o orçamento está empolado designadamente nesta rubrica.-----

A redução prevista de despesas com a aquisição de bens e serviços (baixa de 6,2 M€ para 5,4 M€) é insuficiente para fazer face, a não se repetirem em 2015 receitas extraordinárias de empreendimentos turísticos.-----

Por outro lado, a previsão do aumento de receita (e de despesa) em mais 3 milhões de euros, para 2015, relativamente ao que consta no Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos, parece ser demasiado otimista. Vejamos se concretiza, esperemos que sim, mas à partida, como previsão, parece muito irrealista.-----

Consideramos que vai ser difícil a execução deste orçamento, já sem os mais de 3 milhões de euros anuais de receitas extraordinárias a que a CMO se habituou nos últimos anos.-----

De salientar que, na documentação em análise, está omissa a questão das possíveis e até prováveis consequências de processos judiciais. Por exemplo: no caso do terreno onde está o Pingo Doce, a Câmara foi condenada e será muito difícil ser absolvida no processo de recurso. Por prudência, dever-se-ia considerar orçamentalmente verbas para fazer face a estas previsíveis despesas".-----

---**PONTO QUATRO** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2015;-----

--- A Deputada Cristina Rodrigues foi a única a pedir a palavra, iniciando a intervenção relativamente às questões do mapa de pessoal, assinalando que houve uma louvável redução de 102 funcionários desde 2009 até ao final do ano de 2014, ressaltando que não estão a ser contabilizadas as prestações de serviços. Assinalou ainda o facto que, inclusivamente deveria ser conhecida a estratégia municipal quanto ao objetivo futuro de trabalhos a fazer no sentido do aproveitamento do pessoal próprio para redução de custos com prestações externas de serviços.-----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 9 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

Questionou o senhor presidente sobre o modo que se prevê que a Câmara Municipal possa reduzir as despesas com pessoal não incluindo a empresa municipal, dos cerca de 5 M€, gastos o ano passado, para os cerca de 4,4 M€, segundo o PAEL.-----
Evidenciou o facto que futuramente serão poucos os funcionários que estarão em condições para se aposentarem e também poucos os contratados a prazo, fica a dúvida como irá ser feita a redução de 640 mil €, em despesa com pessoal, até ao final do próximo ano, para se cumprir o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos. Terminou a sua intervenção referindo que para a Câmara conseguir honrar os compromissos com pessoal e manter os apoios sociais, será indispensável ter de cortar nas “chamadas gorduras” nomeadamente, em serviços externos pois acredita que, há margem para reduções caso, haja um aproveitamento dos recursos humanos, que a autarquia já dispõe.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à questão de como a Câmara irá reduzir a rubrica com pessoal tendo em conta aquilo que está no PAEL, esclarecendo que vai depender se vai ser trabalhado do lado da despesa ou da receita, ressalvando que o PAEL é apenas um instrumento de orientação e não, um instrumento vinculativo. Informa que de acordo com um conjunto de negociações, aos quais espera que conduzam a um conjunto de projetos na área educativa, social e noutras áreas de projetos que já estão a decorrer bem como projetos futuros, onde afirma que seguramente se vai ter capacidade de ser alvo de financiamento ao abrigo do Portugal 2020.-----

Neste momento necessita -se de mais pessoas, o que até aqui estava impedido em sede da Lei do Orçamento Geral do Estado, sendo que este mapa reflete um aumento do número de postos de trabalho, aumentar os recursos humanos é a prova evidente que temos capacidade para o fazer, havendo folga do ponto de vista das receitas.-----

Desde 2010 com os fornecimentos de serviços externos tem sido feito um esforço, mostrando um redução em 728 mil euros em relação ao ano anterior, ter a capacidade de financiar parte da nossa despesa com pessoal a partir de projetos.-----

---A Deputada Cristina Rodrigues, voltou a tomar a palavra, afirmando que pode ser feito um esforço, no sentido de diminuir os serviços externos e, espera que essa previsão otimista se concretize, ressalvando que os fundos comunitários se destinam essencialmente para investimento de capital e não para pagar recursos humanos.-----

Como não houve mais intervenções, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com catorze votos a favor e dez abstenções a Proposta do Mapa de Pessoal para 2015 .-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---**Declaração de Voto** - Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: **“Declaração de voto referente ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos da AM de 28 de Novembro de 2014 – Mapa de pessoal para 2015-----**

O grupo municipal do Partido Socialista, em linha com a tomada de posição dos Vereadores na sessão de Câmara, absteve-se neste ponto da Ordem de trabalhos pelas seguintes razões.-----

---A razão de fundo é que importa analisar de forma global as questões do pessoal do Município de Óbidos, equacionando não só o pessoal ao serviço da Câmara Municipal, como também o pessoal ao serviço da empresa municipal. A gestão não deve ser feita de forma cega, deve haver planeamento estratégico. Para tanto haverá que definir a estratégia municipal quanto ao futuro: que trabalhos a fazer por pessoal próprio, que trabalhos serão de externalizar, com recurso a contratação de serviços. Sobretudo que se clarifiquem as funções a desempenhar, evitando no futuro situações pontuais, mas que já ocorreram, de prestadores de serviços (vulgo recibos verdes) a conduzirem



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 10 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

viaturas da CMO, em serviços correntes. E ainda que se rentabilize mais o pessoal próprio da autarquia para reduzir os custos com prestações externas de serviços.-----

---A CMO, de 2009 para agora (até ao final do ano em curso), reduziu 72 funcionários. A estes acrescem 30 da empresa municipal. Portanto, há uma louvável redução – considerando os constrangimentos financeiros - de 102 funcionários, sem contar as pessoas que prestavam serviço a recibos verdes e que foram dispensadas.-----

---Esta redução de pessoal tem sido feita, principalmente, através da não renovação de contratos a prazo. Como, atualmente, já são poucos os contratados a prazo, impõe-se perguntar como prevê a Câmara reduzir as despesas com pessoal, não incluindo aqui a empresa municipal, dos cerca de 5 M€, gastos o ano passado, para os cerca de 4,4 M€, segundo o PAEL a que se submeteu para receber o último empréstimo de médio e longo prazo?-----

---Sendo que, a partir do próximo ano, poucos serão os funcionários que terão condições para se aposentarem e também poucos os contratados a prazo, fica a dúvida como irá ser feita a redução de 640 mil €, em despesa com pessoal, até ao final do próximo ano, para se cumprir o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos, com que a Câmara se comprometeu.-----

---Falar no rácio de 25% para as despesas com o pessoal, face à despesa global, relativamente ao ano passado, é ilusório. O orçamento de investimento, designado de capital, é variável, de ano para ano, e a participação do pessoal da Câmara nessas obras tem tido um peso financeiro residual, dado que a generalidade dessas obras é feita por empreitada. Assim, o rácio importante é a divisão das despesas com pessoal pelas despesas correntes.-----

---Segundo o referido Plano de Ajustamento, em 2015, as despesas correntes serão de 8.664.304,76 €, sendo então as despesas com pessoal 51% das receitas correntes do próximo ano, se, se cumprir o mencionado Plano de Ajustamento.-----

---Para a Câmara honrar os compromissos com o pessoal e manter os apoios sociais, às freguesias e às associações, é indispensável cortar nas chamadas “gorduras”, designadamente em fornecimentos e serviços externos que se elevam a milhões de euros por ano e que, para além de incluírem valores em que se deverá evitar cortes, há ainda margem para muitas reduções, nomeadamente motivando e aproveitando melhor os mais de 300 funcionários da Câmara e da empresa municipal.-----

---**PONTO CINCO** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais – Modelo de estrutura orgânica e definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas;-----

--- A Deputada Sílvia Correia, acerca da questão do aumento da estrutura orgânica, responde que talvez o senhor presidente se esteja a referir às unidades orgânicas flexíveis, as quais podem ser extintas em qualquer momento com perda de estabilidade de emprego para os trabalhadores e prejuízo para a qualidade dos serviços prestados.---

---A Deputada Cristina Rodrigues indicou que a questão de fundo foi abordada no ponto anterior e não pretendeu acrescentar mais nada.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 2 abstenções e 22 votos a favor a Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais -----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---**PONTO SEIS** - Apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromisso plurianual ao abrigo do estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Lei dos Compromissos (LCPA), e autorização para repartição de encargos em obediência da alínea b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de junho, relativamente a proposta de fornecimento de energia elétrica para os locais



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 11 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

de consumo da rede de iluminação pública e instalações provisórias.-----

Não tendo havido intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO SETE – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais constantes da informação da SAEP de 07 de novembro de 2014, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Lei dos Compromissos (LCPA) e art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referente a procedimentos com compromissos plurianuais a transitar de ano e a lançar com vigência em 2015;

Não tendo havido intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 2 abstenções e 22 votos a favor.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO OITO - Comunicação da Agência Portuguesa do Ambiente relativamente ao aeroclube instalado na zona do Arelho – Lagoa de Óbidos, para conhecimento.-----

--- Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, dando conta que o executivo tomou conhecimento desta carta, a propósito de um tema já muito discutido, na fase da pré e durante a campanha eleitoral, tendo ficado provado que a decisão que o executivo na altura tomou, foi a mais responsável e cautelosa que poderia ter sido tomada, ficando claro que se tivesse sido tomada outra decisão estariam em circunstâncias muito difíceis, incorrendo inclusivamente o Presidente da Câmara numa possível perda de mandato, tendo este recebido da CCDR um parecer a interrogar o Presidente da Câmara atual, perguntando especificamente o que tinha sido feito para repôr a legalidade. Em conclusão o Presidente da Câmara afirmou que a lucidez imperou sobre a tentativa de uso fácil e de alguma instrumentalização ainda que se tivesse, com isso procurado denegrir algumas pessoas à volta deste tema.-----

---Tomou a palavra o Deputado Jorge Veloso, questionando o senhor Presidente da Câmara, tendo ficado na expectativa pois, ficou em aberto a escolha do novo aeródromo e a construção de nova pista em conversações para nomeadamente se já existe confirmação dos voos charters para Óbidos, que referiu na cadeia de televisão SIC.-----

---Tomou a palavra a Deputada Cristina Rodrigues, afirmando que respeita a posição da APA alegando que não tem nenhuma certeza sobre esta matéria, mencionando que este assunto é um pouco mais complexo do que parece resultar dessa posição administrativa da Agência Portuguesa do Ambiente.-----

---Tomou a palavra Deputado Custódio Santos, pondo em causa que só foi colocado em questão aquele aeródromo aquando da construção de determinadas obras, colocando ainda em dúvida se não foi violado aquele eco sistema incluindo as salinas da Lagoa.-----

---O presidente da mesa referiu neste ponto que ficou satisfeito com esta informação da APA, referindo que também ele foi alvo de difamação devido a este assunto pois, inclusivamente foi acusado de ter responsabilidades pessoais e que indiretamente provocou esta situação, mencionou também que o rigor é o mais importante e que, apesar da difamação de que foram alvo, se livraram de uma grande armadilha.-----

--- O Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, respondendo ao Deputado Jorge Veloso, recordando-lhe qual foi o entendimento que o Deputado Jorge Veloso teve na altura e, que era diverso, que se podia fazer e podia manter-se ali o aeródromo. O senhor presidente evidenciou o facto da resposta da Agência Portuguesa do Ambiente ir de encontro ao entendimento da Câmara. Alegou ainda que foi alvo de uma estratégia de difamação ou estratégia de uma circunstância de uma figura de violação de ordenamento de território, que poderia ter como desfecho a perda de mandato.-----

Respondeu ao sentido de humor do Deputado Jorge Veloso, referindo que estariam disponíveis caso existam condições de financiamento, nomeadamente condições de



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 12 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

fundos comunitários ou financiamento de privados. Em síntese afirmou que a Câmara não considera isso uma prioridade, salvaguardando que existem as condições físicas, deixando em aberto essa possibilidade caso hajam interesses para financiar um aeródromo que permita aviões de passageiros.-----

Não tendo havido mais intervenções a Assembleia tomou conhecimento.-----

---**PONTO NOVE** - Apreciação e eventual autorização da aquisição de lotes do Parque Tecnológico de Óbidos, à Óbidos Criativa, E.M., nos termos do art.º 25.º, n.º 1 alínea i), da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, por se tratar de bem imóvel de valor superior a 1000 vezes RMMG e autorização prévia para assunção de encargos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

---O Deputado Jorge Veloso tomou a palavra, dirigindo-se ao senhor presidente quanto ao Parque Tecnológico, que tal não se veio a confirmar tal como o anunciou na primeira Assembleia deste mandato, no edifício do mercado biológico de Óbidos que, o Parque Tecnológico era uma grande aposta e que não tem tido muito conhecimento acerca do seu desenvolvimento. Mencionou que a taxa de ocupação não é 100% apesar do senhor presidente ter referido que havia bastantes candidatos interessados para se instalar no local e que inclusivamente tiveram de declinar algumas propostas em lá se instalar. É importante poderem instalar-se outras empresas sem ser só do foro tecnológico, tendo sugerido ainda que se repense em como explorar o mercado de trabalho. -----

De seguida o Deputado Jorge Veloso questionou qual é o motivo pelo qual a Câmara continua a apoiar a empresa municipal Óbidos Criativa, se esta tem tanto potencial de crescimento para gerar rendimento e não é a empresa do Parque Tecnológico a apoiar a Câmara ?-----

---A Deputada Cristina Rodrigues, iniciou a sua intervenção mencionado que as presentes propostas refletem uma situação muito difícil. Afirma que desde 2007 estão por vender muitos dos lotes disponibilizados do Parque Tecnológico, os quais se destinavam a criar empregos e a criar riqueza no Concelho, algo que aconteceu de forma pouco significativa, não obstante o facto da crise económica e financeira global ter atingido de forma grave este projeto, não querendo atribuir todas as dificuldades sentidas a questões locais.-----

Alega ainda que o Parque Tecnológico veio criar despesa e dívida que foi transferida para uma empresa municipal, que agora está em dificuldades, propondo-se agora que as responsabilidades passem a ser da Câmara Municipal de Óbidos.-----

Acresce que nem a maioria da Assembleia Municipal nem o executivo camarário prestaram esclarecimentos acerca da situação futura.-----

No que respeita à situação da transferência do empréstimo da Óbidos Criativa para a Câmara Municipal, considera que não constitui solução nenhuma do ponto de vista da consolidação.-----

A Deputada Cristina Rodrigues considera ainda que deveria ser negociado com a entidade bancária a dação em cumprimento dos lotes em causa, eliminando ou, pelo menos, amortizando a dívida.-----

Terminou a sua intervenção mostrando a sua intenção de votar contra as soluções apresentadas, dado que, as mesmas não têm em conta todas as questões que se colocam quanto à atividade da empresa municipal, não constituindo uma resposta global aos problemas que enfrenta.-----

Ressalvou por último que caso viesse a ser aprovada esta proposta, que a submissão deste movimento ao tribunal de contas, deveria ir junto a informação acerca da aquisição de uns lotes à uns meses atrás, uma vez que se trata da mesma matéria e a lei obriga a que sejam juntos.-----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 13 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

---A Deputada Sílvia Correia tomou a palavra, referindo-se ao ponto em questão, como uma das mais escandalosas propostas do encobrimento do falhanço do projeto de desenvolvimento no Concelho de Óbidos, personificado no Parque Tecnológico. Afirmou que, do que se conhece da experiência adquirida, é que a venda dos espaços ou lotes no chamado Parque Tecnológico, não passam de uma miragem, o que, na sua opinião demonstra que a importância estratégica mais não é do que um falhanço, apelidando o Parque Tecnológico como “elefante branco”.

Afirmou ainda que para esconder a previsível falência da empresa municipal o comprador de lotes da chamada 1ª fase foi o Município de Óbidos e, que este terá assumido também o pagamento da dívida e respetivos juros à banca.

Mencionou também que a empresa municipal Óbidos Criativa resultou da incorporação/fusão de duas outras empresas municipais, a Óbidos Patrimonium e Óbidos Requalifica, sendo o Município de Óbidos o único detentor do capital da Óbidos Criativa.

Salientou que não foram cumpridos os objetivos estratégicos na criação de riqueza e emprego e melhoria da qualidade de vida, tratando-se de um sofisma, pois foi registado um aumento das taxas de desemprego e emigração, apontando também o facto do nível de vida ter piorado.

A Deputada Sílvia Correia concluiu que expurgando a venda de lotes ao dono, a amortização do empréstimo e respetivos juros à banca esta é provavelmente uma empresa insolvente, mostrando assim a intenção de votar contra esta proposta.

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que a prova inequívoca que a empresa municipal Óbidos Criativa não está falida são as prestações de contas sucessivas e que a estrutura dos seus proveitos é superior á sua estrutura de custos, sendo que o resultado líquido do exercício é positivo. A questão central é de tesouraria, tendo noção que há quem esteja contra a estratégia do parque tecnológico.

---Ao contrário do que foi dito que, a Câmara comprou e entregou á Óbidos Requalifica, demonstrou que não têm conhecimento que quem comprou aqueles ativos foi a empresa Óbidos Requalifica à época e, foi a mesma que foi a promotora da obra das infra estruturas. Na altura à luz dos regulamentos de fundos comunitários, os municípios não eram entidades elegíveis e como tal, utilizou – se como veículo a Óbidos Requalifica, explicando ainda que teve que necessariamente contrair um empréstimo ao Barclays, fruto das circunstâncias de despesas e fruto de uma taxa de financiamento mais baixa do que têm hoje.

A questão deve ser centrada na perspectiva do que querem para o Parque Tecnológico, não podendo ignorar a crise dos mercados financeiros, tendo tido uma estratégia de resposta, tendo construído os edifícios centrais.

Afirmou ainda que cerca de 75 % dos espaços estão ocupados com empresas mas que ainda não está no local pois ainda carece o edifício de terminar determinadas redes de dados.

Deu conta do programa ATIVA -TE, um programa de formação e de programação que ao fim de 3 meses garante emprego.

Quanto á questão da legalidade, a intenção não é financiar uma empresa para investimento, apenas estão a ficar com ativo que é da empresa e que caso seja autorizado e depois do visto prévio do Tribunal de Contas, passará para a Câmara, com o objetivo de salvaguardar o que foi feito no Parque Tecnológico.

---O Deputado Custódio Santos, chamou a atenção do senhor presidente para a forma como está tratado “o pulmão” do Parque Tecnológico.

Esclareceu que não está contra os eventos mas sim que existam sítios apropriados para os eventos. Mencionou ainda que no Mercado Medieval, deverá solicitar a colaboração/participação dos agricultores.



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 14 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

--- A Deputada Cristina Rodrigues, tomou a palavra, respondendo ao senhor presidente que aparenta não ter confiança no regulamento do Parque Tecnológico e que a empresa tem saldo positivo porque vive essencialmente através de contratos programa.-----
Ressalvou ainda que, o se põe em discussão, a propósito do financiamento da empresa é uma questão global, nomeadamente o que a Óbidos Criativa faz em termos globais? Numa lógica de boa gestão seria bom que se considerassem as atividades que possam voltar à Câmara evitando onerar os 23% de IVA, ou seja, uma quarto do montante transferido, que vai para impostos.-----

Considera que a estratégia global não está a ser considerada e que o parecer que foi disponibilizado merece muitas dúvidas.-----

---O Presidente da Câmara lembra que dos 400 000 €, valor do contrato programa, mais de 300 000 Euros referentes ao contrato programa vão para pagar juro e capital, restando 30 a 50 mil euros para a empresa municipal Óbidos Criativa, questionando se a Câmara conseguiria fazer essa gestão com esse valor? Inclusive gerir a rede de museus e galerias, mencionando ainda outros eventos que decorrem durante o ano.-----

A solução que foi encontrada permite resolver a estabilidade que a Câmara quer ter. Em relação às dívidas a fornecedores, colocou a questão a 2 níveis, os lotes que estão afetos à dívida e outro conjunto de ativos que serão pagos ao longo do tempo.-----

---A Deputada Cristina Rodrigues tomou a palavra, afirmando que não tem nada contra o Parque Tecnológico, antes pelo contrário, inclusivamente votou favoravelmente na altura dos fundos comunitários, referindo-se especificamente às contas da empresa municipal Óbidos Criativa, ao seu passivo, 500 mil € de dívida ao Barclays, terrenos comprados á OV, dando novamente intenção do voto contra, sugerindo uma reunião intercalar para este fim, nomeadamente para se perceber exatamente as contas da Óbidos Criativa.-----

---O presidente da câmara esclareceu à Deputada Cristina Rodrigues que o valor é de 1 milhão e 300 mil euros, sendo que, desse ativo cerca de 400 e tal mil euros é a dívida ao banco e, o que a câmara estará a comprar é o ativo todo que está loteado. O valor mencionado anteriormente 30 a 50 000 Euros é a diferença do que era o Contrato Programa e, o que resultava em termos líquidos quando a empresa tinha de pagar esse empréstimo, tendo a empresa esse valor remanescente para se gerir anualmente. Não é um problema estrutural, sem IVA a 23%, consegue sobreviver nestas circunstâncias e solver as dívidas a fornecedores que tem, terminado a sua intervenção salientando que o objetivo da operação não é esse.-----

Como não houve mais intervenções, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com catorze votos a favor e dez votos contra.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Declaração de Voto - Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: " Declaração de voto referente aos pontos 9 e 10 da Ordem de Trabalhos da AM de 28 de Novembro de 2014-----

Os pontos que foram trazidos à análise e decisão da Assembleia Municipal, referentes à aquisição de lotes do Parque Tecnológico pela CMO à Óbidos Criativa, e à cessão da posição contratual daquela empresa à CMO no que respeita ao contrato de empréstimo celebrado com o Barclays Bank, mereceram voto contra por parte dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, e merecem voto contra desta bancada pelas seguintes razões:---

1. As presentes propostas da Câmara refletem uma situação extraordinariamente difícil. -----
2. Desde 2007 está por vender muitos dos lotes disponibilizados do P T e que se destinavam a criar empregos e a criar riqueza no Concelho, algo que aconteceu de forma pouco significativa. Bem sabemos que a crise económica e financeira



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 15 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

- global atingiu de forma grave este projeto e longe de nós atribuir todas as dificuldades sentidas a questões locais.-----
3. O “Parque Tecnológico” criou despesa e criou dívida transferida para uma empresa municipal, que agora está em dificuldades, propondo-se agora que as responsabilidades passem a ser da CMO.-----
 4. Impedida de financiar a sua empresa municipal, a CMO encontrou um esquema imaginativo, e receamos que porventura ilegal, para aliviar as finanças da OC.-----
 5. Consideramos, ainda, que a situação atual da empresa municipal deve ser vista globalmente, fazendo-se uma análise atenta e procurando uma solução sustentável a prazo. -----
 6. Consideramos que as propostas feitas consubstanciam apenas um “paliativo” para disfarçar e adiar a assunção da insustentabilidade da empresa, não configurando uma verdadeira solução de futuro, aproveitando apenas para resolver uma questão do presente. -----
 7. Já este ano foram adquiridos lotes pela CMO. Meses volvidos, é necessário voltar a injetar capital na empresa, com a aquisição de mais lotes sem se fazer uma discussão profunda sobre esta matéria, nem tão-pouco reuniu o Conselho Estratégico da empresa, órgão que nunca foi convocado, e que faria todo o sentido pronunciar-se sobre a situação atual da empresa.-----
 8. Reconduzir os problemas financeiros da OC à “herança” da Óbidos Requalifica e do empréstimo contraído por causa da infra-estruturação do Parque Tecnológico constitui mais um artifício. Na verdade, as contas da OC demonstram a sua insustentabilidade, também fruto de uma pesada herança e de não se ter procurado repensar a criação da nova empresa municipal. -----
 9. Uma análise global da atividade da empresa municipal deve considerar quais as funções que desempenha e que são essenciais e as que, não o sendo, podem regressar sem prejuízo à CMO, evitando-se, desse modo, o pagamento do IVA (23%) sobre os subsídios atribuídos pela CMO à OC, que oneram sobremaneira as contas da empresa. Está neste caso, no nosso entendimento, entre outras, a gestão dos museus. -----
 10. Acresce que não deu nem a maioria na Assembleia Municipal nem o Executivo Camarário qualquer esclarecimento sobre o futuro. Sem o empréstimo para pagar, e com os recursos provenientes da venda dos lotes, é sustentável a OC? Onde está o plano de pagamento a fornecedores? O valor com que vai contar da transferência faseada da CMO, referente à venda dos lotes, é bastante para a sua despesa corrente? E como vai fazer face aos pagamentos a fornecedores em atraso? -----
 11. No que respeita à situação da transferência do empréstimo da OC para a CMO, configura a mudança de um passivo de uma entidade para outra, desonerando uma e onerando outra, não constitui solução nenhuma do ponto de vista da consolidação. -----
 12. Deveria ser negociado com a entidade bancária a dação em cumprimento dos lotes em causa, eliminando ou, pelo menos, amortizando a dívida.-----
 13. Alerta-se para a necessidade, supondo que estas propostas serão aprovadas, de submissão conjunta ao Tribunal de Contas, para efeitos de visto, da presente venda de lotes à Câmara e da anterior, realizada há meses, uma vez que, por lei, assim deverá acontecer.-----
 14. Pelo que fica dito, votamos contra as soluções apresentadas, por considerarmos que as mesmas não consideram todas as questões que se colocam quanto à atividade da empresa municipal, não constituindo uma resposta global aos problemas que enfrenta.-----



| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------|
| Assembleia Municipal de Óbidos | | 16 |
| Ata n.º 5 | Reunião de 28.11.2014 | |

—**PONTO DEZ** – Apreciação e eventual aprovação da cessão da posição contratual da Óbidos Criativa, E.M., para o Município de Óbidos no contrato de empréstimo sob forma de mútuo celebrado para financiamento da 1.ª fase das infraestruturas do Parque Tecnológico e autorização prévia para assunção de encargos plurianuais conforme previsto na alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

Não tendo havido intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com catorze votos a favor e 10 votos contra.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Declaração de Voto - Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que já foi transcrito no ponto 9.-----

—**PONTO ONZE** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- A Deputada Cristina Rodrigues, demonstrou o seu contentamento pelo andamento dos trabalhos desta Assembleia, sendo esta uma prova provada que o regimento está a funcionar, salientando ainda o facto da informação escrita ter chegado atempadamente, o que, permitiu uma leitura da mesma, nomeadamente a questões relacionadas com a Lagoa e das dragagens, entre outros assuntos.-----

Referiu ainda que, embora não esteja consagrado no regimento, que os processos judiciais pendentes que vem indicados tivessem mencionados os valores em causa em cada ação à semelhança do que era feito anteriormente. A senhora deputada terminou a sua intervenção enviando assim saudações calorosas pela informação prestada e pela antecedência com que foi remetida.-----

---O Deputado João Paulo Rodrigues, efetuou ainda uma retificação acerca da localização onde os trabalhos foram efetuados, estando por lapso mencionado Casais Brancos e deveria ser Casais da Navalha, mais concretamente Beco da Navalha.-----

Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte horas e quarenta minutos, do dia vinte e oito de novembro do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, desejando aos presentes e, em nome da mesa um Santo Natal, agradecendo a excelente colaboração de todos, que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro. -----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio que lavrei a presente ata, também vou assinar.-----